

Revista Brasileira de Ciências Humanas

ISSN 3085-8178

vol. 1, n. 6, 2025

... ARTIGO 13

Data de Aceite: 12/12/2025

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANÁLISE DOS PRINCIPAIS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS PELAS ESCOLAS E PROFESSORES NA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS

Elaine Pereira Guimarães Moura

Educação Inclusiva

Graduada em 2024, pelo Centro Universitário Estácio De Ribeirão Preto



Todo o conteúdo desta revista está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Resumo: A educação inclusiva consolidou-se nas últimas décadas como um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, como uma das mais urgentes demandas ético-pedagógicas das sociedades contemporâneas. Este artigo tem como objetivo analisar os principais obstáculos enfrentados pelas escolas e professores na implementação de práticas inclusivas voltadas a alunos com deficiência. O estudo adota abordagem qualitativa, de caráter descritivo e bibliográfico, fundamentada em autores como Mantoan (2015), Sassaki (2003) e Glat e Pletsch (2012), além da análise documental de políticas públicas e legislações nacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Os resultados apontam que as dificuldades mais recorrentes se concentram nas barreiras atitudinais, estruturais e pedagógicas, evidenciando a distância entre o discurso legal e a prática efetiva. Constatou-se que a formação docente insuficiente, a ausência de recursos adequados e a resistência cultural ainda limitam a concretização da inclusão escolar. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva exige uma mudança profunda na cultura institucional, sustentada por políticas públicas consistentes, formação continuada e uma pedagogia centrada na equidade e na valorização da diversidade humana.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Deficiência. Formação Docente. Políticas Públicas. Diversidade.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva representa um dos mais expressivos movimentos de transformação das práticas pedagógicas con-

temporâneas. Ao propor a eliminação de barreiras físicas, atitudinais e curriculares, esse paradigma rompe com a tradição excludente da escola moderna e inaugura uma nova forma de conceber o processo de ensino e aprendizagem. A consolidação dessa perspectiva, contudo, não se deu de maneira linear, pois ainda hoje a efetivação da inclusão enfrenta obstáculos estruturais e culturais profundamente enraizados no cotidiano escolar (MANTOAN, 2015).

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) estabeleceu um marco internacional ao afirmar que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de suas diferenças e dificuldades. No entanto, entre o ideal normativo e a realidade prática existe um abismo sustentado pela precarização da formação docente, pela ausência de recursos adequados e por concepções pedagógicas ainda centradas na homogeneização. A escola, que deveria ser o espaço da diversidade, muitas vezes se converte em ambiente de exclusão sutil, mascarada por discursos de igualdade formal (SASSAKI, 2003).

No contexto brasileiro, o debate sobre a educação inclusiva é também o debate sobre a democratização do ensino. As políticas públicas, como o Decreto nº 6.571/2008 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), propõem garantir o acesso, a permanência e o desenvolvimento de estudantes com deficiência nas classes comuns. Entretanto, o cumprimento desses princípios ainda esbarra na resistência institucional e na insuficiência de investimentos em infraestrutura, formação continuada e acompanhamento pedagógico. Assim, o processo de inclusão não se reduz à matrícula do aluno com deficiência, mas envolve

uma profunda reconfiguração das práticas pedagógicas e das relações humanas no ambiente escolar (STAINBACK; STAINBACK, 2019).

A efetivação da inclusão educacional pressupõe uma escola sensível às singularidades, que reconheça a diferença como valor e não como desvio. Paulo Freire (2021) ressalta que ensinar exige respeito à autonomia e à dignidade de cada sujeito, o que implica compreender o ato educativo como prática libertadora, e não como simples transmissão de conteúdos. Sob essa ótica, o professor deixa de ser o centro da aprendizagem e passa a ser mediador de processos que reconhecem o aluno com deficiência como protagonista de sua própria formação.

Contudo, a implementação de uma educação verdadeiramente inclusiva depende de mudanças estruturais e simbólicas. Entre as dificuldades mais evidentes estão a falta de acessibilidade arquitetônica, o despreparo de parte do corpo docente para lidar com a diversidade, a escassez de materiais pedagógicos adaptados e a ausência de políticas intersetoriais que articulem educação, saúde e assistência social. Além disso, persistem barreiras atitudinais que se manifestam na forma de preconceito, baixa expectativa e segregação velada no ambiente escolar (GLAT; BLANCO, 2009).

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender a educação inclusiva como processo contínuo e não como política pontual. Trata-se de um movimento que exige transformação cultural, pedagógica e institucional, sustentado por uma visão de sociedade baseada na equidade e na justiça social. Assim, este artigo tem como propósito analisar os principais desafios enfrentados pelas escolas e pelos professores na efetivação de

práticas inclusivas, com base em um referencial teórico crítico e contemporâneo.

A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, busca identificar as barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais que dificultam a inclusão escolar de alunos com deficiência, bem como propor reflexões sobre estratégias que possam contribuir para a superação dessas dificuldades. Parte-se do princípio de que o sucesso da inclusão depende, sobretudo, do reconhecimento da diversidade como condição essencial da humanidade e da escola como espaço de convivência plural, ética e emancipadora.

Dessa forma, a discussão que se segue pretende problematizar o distanciamento entre as políticas inclusivas e sua efetiva aplicação, destacando o papel do professor, da gestão escolar e das políticas públicas nesse processo de construção de uma escola verdadeiramente para todos. A educação inclusiva, mais do que um direito, é uma exigência ética e civilizatória que revela o grau de compromisso de uma sociedade com o respeito à diferença e com a humanização das relações pedagógicas.

Educação Inclusiva no contexto contemporâneo

A educação inclusiva emerge, nas últimas décadas, como um dos pilares fundamentais da reconstrução democrática das políticas educacionais. Ela se consolida como paradigma que transcende o simples acesso à escola, incorporando a ideia de participação efetiva, pertencimento e equidade no processo de aprendizagem. Conforme Mantoan (2015), incluir não é apenas integrar alunos com deficiência nas salas regulares, mas transformar a estrutura e o pensamento educacional para acolher a di-

versidade humana em todas as suas dimensões. Assim, a inclusão torna-se um imperativo ético, pedagógico e político.

A escola inclusiva é, antes de tudo, um espaço de reconhecimento das singularidades. Nela, a diferença é compreendida não como obstáculo, mas como fonte de enriquecimento coletivo. Sassaki (2003) enfatiza que a inclusão requer a reformulação de valores e atitudes, demandando que o sistema educacional se adapte às pessoas, e não o contrário. Esse redirecionamento implica repensar currículos, métodos de ensino, formas de avaliação e, sobretudo, relações interpessoais, pois não há inclusão possível sem uma profunda revisão das práticas sociais e pedagógicas.

A educação inclusiva no Brasil ganhou força especialmente após a década de 1990, com a ratificação da Declaração de Salamanca e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que garantiu a todos o direito à educação. No entanto, mesmo diante de avanços legais, persistem lacunas significativas entre o discurso normativo e a realidade prática. A ausência de políticas intersetoriais efetivas, o déficit de formação docente e a escassez de recursos tecnológicos e humanos tornam o ideal inclusivo uma construção ainda em processo (BRASIL, 2008).

A evidência de que a inclusão não se limita à presença de alunos com deficiência nas salas de aula. É uma visão mais ampla que envolve a mudança de cultura dentro das instituições. E isso está longe de ser um processo simples. Também é uma jornada de sensibilização, um movimento que deve engajar todos os profissionais da educação. Muitas vezes, essa resistência se manifesta sob a forma de preconceitos, mas também por falta de treinamento e compreensão de como lidar com a diversidade

Os desafios que surgem ao longo do caminho são como pedras que testam a determinação. Apesar dos avanços legislativos, muitos ainda se ressentem de uma inclusão mais efetiva. Muitas escolas, ainda, não possuem os recursos adequados, desde materiais adaptados até formação contínua para os professores. É quase um paradoxo perceber que, enquanto novas diretrizes surgem, a realidade do dia a dia pode permanecer estagnada, recheada de boas intenções, mas falha na execução.

A análise das políticas públicas revelará a fragilidade e a força dessas iniciativas. Cada lei aprovada, cada manifestação realizada, cada conversa nos corredores da escola é um passo em direção a uma nova compreensão da educação. Isso nos leva a pensar sobre o papel de cada um na construção desse cenário. As conquistas já alcançadas são valiosas, mas é importante lembrar que ainda existem muitos desafios à frente. A história da educação inclusiva no Brasil é uma narrativa densa e complexa, cheia de conquistas e frustrações, mas, acima de tudo, é uma história de humanidade e empatia. Ao considerarmos as experiências de vida daqueles que caminharam e lutaram por educação inclusiva, somos instigados a agir, a transformar e, quem sabe, mudar a própria história. A inclusão, portanto, não é apenas um conjunto de normas; é uma construção que demanda queremos mais que palavras: ação.

O processo de inclusão tardia da educação no Brasil é um capítulo que exige sensibilidade e uma disposição profunda para entender as mudanças estruturais que ocorreram em resposta às demandas sociais. Ao longo das últimas décadas, a trajetória tem sido repleta de avanços, mas também de desafios que ecoam as reivindicações históricas por igualdade e respeito à diversidade.

Não se pode ignorar que, embora algumas leis e diretrizes tenham sido estabelecidas, a prática da inclusão ainda encontra obstáculos que revelam a resistência arraigada na sociedade.

A promulgação de legislações, como a Lei Brasileira de Inclusão, trouxe um sopro renovador, criando um espaço legal que garantiu direitos fundamentais. No entanto, o que temos visto é que a distância entre o que está escrito e o que é vivido no cotidiano das escolas ainda é considerável. Esse hiato é preenchido com histórias de educadores, que se tornam verdadeiros pilares de resistência, organizando batalhas diárias contra a indiferença. Parece evidente que a inclusão não se limita à presença de alunos com deficiência nas salas de aula. É uma visão mais ampla que envolve a mudança de cultura dentro das instituições. E isso está longe de ser um processo simples. Também é uma jornada de sensibilização, um movimento que deve engajar todos os profissionais da educação. Muitas vezes, essa resistência se manifesta sob a forma de preconceitos, mas também por falta de treinamento e compreensão de como lidar com a diversidade.

A contemporaneidade desafia a escola a se reinventar diante da pluralidade cultural, cognitiva e afetiva dos sujeitos que a compõem. Stainback e Stainback (2019) defendem que a inclusão requer uma pedagogia da colaboração, baseada na solidariedade, na empatia e no diálogo entre os diferentes. A aprendizagem, nesse contexto, deixa de ser individual e competitiva para se tornar cooperativa e compartilhada. A função do educador é, portanto, promover um ambiente de aprendizagem que valorize a diversidade como expressão legítima da condição humana.

Nesse cenário, a escola inclusiva se apresenta como um microcosmo da sociedade democrática que se deseja construir: uma instituição que educa para o respeito, para a convivência e para a cidadania. A inclusão, assim compreendida, não é uma meta isolada, mas parte de um processo histórico que demanda compromisso coletivo e permanente com a justiça social.

O papel do professor e a formação docente e continuada

A educação inclusiva é uma realidade desafiadora e fascinante nas escolas contemporâneas. Ao olhar para as salas de aula, é impossível não perceber a rica diversidade que compõe cada grupo de alunos. São vozes únicas, histórias pessoais, e perspectivas distintas que interagem diariamente. No entanto, essa pluralidade traz consigo uma necessidade vital: a formação continuada dos educadores. Para lidar com a diversidade, é essencial que os professores estejam dispostos a aprender, adaptar-se e crescer constantemente. Muitos educadores entram em suas carreiras com o ardente desejo de fazer a diferença na vida de seus alunos. Entretanto, a realidade das salas de aula pode ser imensamente complexa e desafiadora, especialmente quando se tratam de alunos com deficiências. O que parece uma missão inspiradora pode, na prática, ser um campo minado de incertezas.

Esses desafios são comuns, e a formação continuada pode ser o fio condutor que conecta a paixão do educador com a realidade de suas salas de aula. Ao invés de vê-la como um mero requisito, devemos encará-la como uma jornada de aprendizado, um caminho onde as trocas de experiências en-

riquecem tanto o educador quanto o aluno. A formação não deve se limitar a conceitos teóricos. É fundamental que os educadores tenham acesso a práticas concretas e exemplos do dia a dia. É claro que a formação continuada também deve ser apoiada por políticas educacionais que promovam um ambiente seguro para o aprendizado. Sabe-se que muitas escolas enfrentam limitações, seja por falta de tempo, seja por escassez de recursos. Portanto, é essencial que haja um suporte institucional que facilite esse processo. Somente assim, teremos educadores preparados para enfrentar os desafios de uma realidade tão rica e diversa.

O papel do professor na educação inclusiva é central e complexo. Cabe a ele o desafio de transformar o espaço escolar em território de acolhimento e aprendizagem significativa para todos. No entanto, essa tarefa exige muito mais do que boa vontade: requer formação sólida, continuada e comprometida com os princípios da diversidade e dos direitos humanos. Freire (2021) ressalta que ensinar é um ato político e ético, e que o educador precisa reconhecer-se como agente de transformação, comprometido com a emancipação de seus alunos.

A formação inicial de professores no Brasil ainda apresenta lacunas no que diz respeito à abordagem das temáticas da inclusão e da deficiência. Muitos cursos de licenciatura limitam-se a disciplinas superficiais, sem oferecer experiências práticas que permitam o desenvolvimento de competências específicas para lidar com a diversidade. Como aponta Mittler (2003), preparar professores para a inclusão significa capacitá-los a trabalhar em contextos imprevisíveis, heterogêneos e desafiadores, nos quais a criatividade pedagógica é condição essencial.

Como já observado, o despreparo docente é agravado pela falta de apoio institucional. Muitos professores enfrentam, de forma solitária, as dificuldades de adaptar conteúdos, elaborar planos de ensino individualizados e lidar com situações complexas em sala de aula. Glat e Pletsch (2012) afirmam que a ausência de suporte técnico e pedagógico gera sentimento de impotência e sobrecarga emocional, conduzindo, em alguns casos, à resistência frente à inclusão. Por isso, é imprescindível que as redes de ensino ofereçam acompanhamento constante, com formações reflexivas e não apenas técnicas.

Avançando na reflexão sobre a formação continuada de educadores, é essencial pensar nas diversas oportunidades de capacitação que estão disponíveis. O cenário educativo contemporâneo, com suas nuances e desafios, exige que os professores estejam sempre prontos para aprender e se adaptar. A formação não deve ser considerada apenas como um requisito, mas sim como uma ferramenta vital para enriquecer a prática pedagógica. É impressionante observar como um simples curso pode oferecer novas perspectivas e metodologias que transformam a maneira como se ensina e se aprende.

Existem numerosas alternativas que podem servir de guia nessa jornada de aprendizado. Cursos presenciais, muitos deles promovidos por instituições renomadas, oferecem uma ótima base. Estas formações podem variar desde conteúdos introdutórios, abordando as definições e princípios da educação inclusiva, até módulos mais avançados que focam em estratégias pedagógicas específicas, como a adaptação de currículos e a utilização de tecnologias assistivas.

Além dos cursos tradicionais, não se pode esquecer das plataformas online, que

têm se tornado um recurso valioso na formação de professores. Elas permitem acesso a conteúdos variados, adaptados ao ritmo de cada um. É quase uma experiência revolucionária poder escolher o que e quando aprender. Imagine passar a tarde assistindo a uma palestra inspiradora sobre inclusão, a apenas um clique de distância! É um mundo repleto de possibilidades.

As formações que incentivam a troca de experiências são particularmente cativantes. Workshops e seminários, por exemplo, reúnem educadores com histórias e vivências diferentes. Não é raro que ao compartilhar dificuldades e conquistas, eles encontrem soluções mais eficazes em conjunto. Essa troca não só enriquece a prática, mas também fomenta uma rede de apoio, algo extremamente necessário frente aos desafios diários da profissão.

Outro aspecto importante é o desenvolvimento de uma postura ética e empática frente à diversidade. O professor precisa compreender que a diferença é elemento constitutivo do processo educativo, e não um desvio a ser corrigido. Isso significa reconhecer o aluno com deficiência como sujeito de direitos, com potencialidades únicas e trajetórias próprias de aprendizagem. Essa mudança de paradigma exige o rompimento com a lógica tradicional da normalização, em que o desempenho é medido pela adequação a um padrão único (MANTOAN, 2015).

A valorização do trabalho docente também é condição para o sucesso da inclusão. Sem políticas salariais justas, condições adequadas de trabalho e tempo para planejamento coletivo, a prática inclusiva tende a permanecer restrita ao plano teórico. Investir na formação e no bem-estar dos professores é investir na qualidade da educação,

pois somente um profissional reconhecido e apoiado é capaz de exercer seu papel mediador de forma plena e sensível.

Muitos educadores podem até duvidar que a mudança comece com eles, mas isso não poderia ser mais errado. A transformação é um processo coletivo, onde cada professor desempenha um papel fundamental. Portanto, ao invés de se parar diante das dificuldades, é essencial encarar os obstáculos com uma camada de humor e honestidade. As conversas abertas sobre as experiências e os receios são essenciais para criar um espaço seguro para todos. Imagine um ambiente onde o auxílio mútuo é a norma, onde educadores compartilham suas incertezas e, juntos, buscam soluções inovadoras.

O papel da família na Educação Inclusiva

Quando pensamos em educação inclusiva, muitas vezes a imagem que vem à mente é a das salas de aula adaptadas, dos professores treinados e das políticas públicas que visam garantir o acesso de alunos com deficiência. Contudo, há um elemento fundamental que não pode ser negligenciado: a participação ativa da família. A inclusão não é uma tarefa que cabe somente à escola; é uma jornada que deve ser compartilhada, um caminho que se percorre junto.

Rivière (1997) descreve que a família é uma instituição, ma estrutura social básica, que se configura pelo entrelaçamento e papéis diferenciados (pai, mãe e filhos); entrelaçamento esse que se constitui um modelo de interação em grupos. A família é, portanto, um embasamento orgânico que se desenvolve por um processo vivencial e dinâmico partindo das influências externas, status social. A família é a unidade social básica, portanto o pri-

meio contato de origem, onde será recebido o bebê na sua melhor forma de vivência essa aventura.

O que muitas vezes esquecemos é que a participação da família não se limita às reuniões de pais ou a acompanhar os filhos durante a lição de casa. É uma prática diária, um diálogo contínuo que deve ser cultivado.

A diversidade cultural e econômica das famílias também desempenha um papel crucial nesse envolvimento. É preciso reconhecer que cada família traz consigo experiências, valores e desafios únicos que podem influenciar seu engajamento na educação. Algumas podem enfrentar barreiras consideráveis devido à falta de tempo, recursos ou informação. Um pai que trabalha mais de dez horas por dia pode sentir que não tem condições de participar ativamente nas reuniões escolares. No entanto, é nosso dever, enquanto sociedade, tornar essas barreiras mais transparentes e buscar soluções que rompam essas limitações.

A colaboração poderosa entre escola e família tem o potencial de transformar a experiência educacional, especialmente quando se trata da inclusão de alunos com deficiência. Garantir um fluxo contínuo de comunicação e interações significativas não é apenas benéfico; é essencial. É interessante pensar em como as estratégias práticas podem facilitar esse envolvimento cotidiano. A relação entre pais e educadores deve ser estruturada de forma a promover uma troca constante, onde ambos possam aprender e compartilhar, contribuindo para um ambiente mais inclusivo.

O respeito mútuo e a disposição para dialogar são pilares fundamentais nessa relação de parceria. Não se trata apenas de convocar os pais para reuniões formais, mas

de construir um ambiente onde eles se sintam confortáveis para participar ativamente. Muitas vezes, um simples convite para que os pais compartilhem suas histórias durante uma apresentação ou evento escolar pode gerar um impacto significativo na participação deles. Faz sentido pensar que a valorização dos relatos familiares pode enriquecer não apenas o aprendizado dos alunos, mas também a própria cultura escolar.

Ao abordar a importância da formação continuada para as famílias, fica evidente que o aprendizado deve ser uma via de mão dupla. Oferecer oficinas e palestras que preparem os pais para lidar com questões específicas da inclusão é uma maneira de capacitá-los a assumir um papel mais ativo. Essa formação não é apenas educativa; é uma oportunidade de empoderar as famílias para que se tornem aliadas no processo de inclusão. Ao informar e motivar os pais, a escola também ganha, pois a interação se torna mais rica.

É fundamental que a escola compreenda o valor da prática educativa em colaboração com as famílias. Com isso em mente, a inclusão se torna um esforço coletivo e mais eficaz. As atividades escolares se beneficiam enormemente quando os pais estão envolvidos, seja auxiliando nas lições de casa ou participando de projetos mais amplos. A relação pais-escola se transforma em uma troca onde projetos colaborativos podem surgir, trazendo novas ideias e perspectivas que antes estavam ausentes. Essa visão coletiva do aprendizado, onde todos têm algo a acrescentar, é inspiradora. Além disso, a presença dos pais em eventos escolares pode ser um divisor de águas. Um evento em que pais e filhos colaboram, preparando apresentações ou projetos em conjunto, não é apenas uma forma de apresentar um tra-

balho. É uma oportunidade para desenhar laços, fortalecer relacionamentos e criar um espaço onde todos se sintam confortáveis para expressar suas ideias. Um relato me vem à mente: uma escola organizou um dia de “cultura familiar”, onde as famílias trouxeram pratos típicos e histórias de suas origens. O que aconteceu foi uma explosão de diversidade e aprendizado. Euforia e risadas preencheram o ambiente, com cada história adicionando um novo sabor à rica tapeçaria da experiência educativa.

Por fim, é imprescindível lembrar que o processo de inclusão é um caminho a ser trilhado em conjunto, um verdadeiro ato de fé compartilhado entre escola e família. Quando todos se dispõem a atuar como aliados, o impacto se torna massivo, capaz de transformar não apenas vidas individuais, mas comunidades inteiras. O futuro da inclusão depende de como nos unimos hoje.

Barreiras atitudinais, estruturais e pedagógicas

Entre os maiores entraves à efetivação da inclusão estão as barreiras que se manifestam nas dimensões atitudinal, estrutural e pedagógica. Essas barreiras, embora distintas, interagem entre si, criando um contexto de exclusão que transcende o espaço físico e atinge as relações humanas e institucionais.

As barreiras atitudinais dizem respeito às crenças, preconceitos e estigmas que ainda permeiam o imaginário social sobre a deficiência. Sassaki (2003) destaca que a exclusão muitas vezes nasce de atitudes discriminatórias, sutis, que se manifestam na forma de baixa expectativa, infantilização ou superproteção. Tais comportamentos reduzem a autonomia do aluno e reforçam sua marginalização simbólica. A superação des-

as barreiras exige um trabalho permanente de sensibilização e formação ética, que envolva toda a comunidade escolar.

De acordo com Ferreira (2006), a discriminação contra pessoas com deficiências pode ser classificada em discriminação visível, velada, negativa e positiva, que se manifestam de forma explícita, sutil, prejudicial ou promotora da inclusão, respectivamente.

Por outro lado, vários estudos mostram o quanto a discriminação aos alunos com deficiência ainda está presente de forma intensa, FERREIRA (2006).

CARVALHO, 2007, p. 77 “As barreiras atitudinais não se removem com determinações superiores. Dependem de reestruturações perceptivas e afetivo- emocionais que interfiram nas predisposições de cada um de nós, em relação à *alteridade*”.

As barreiras atitudinais na escola incluem ignorância, medo, rejeição, percepção de menos-valia, inferioridade, piedade, adoração do herói, exaltação do modelo, percepção de incapacidade intelectual, efeito de propagação, estereótipos, compensação, negação, substantivação da deficiência, comparação, atitude de segregação, adjetivação, particularização, baixa expectativa, generalização, padronização, assistencialismo e superproteção, que podem afetar negativamente a inclusão e o desenvolvimento dos alunos com deficiência.

As barreiras estruturais estão relacionadas à falta de acessibilidade física e tecnológica. Muitas escolas brasileiras ainda carecem de rampas, banheiros adaptados, sinalização tátil e recursos de comunicação alternativa, como intérpretes de Libras e materiais em braille. A inacessibilidade não é apenas um problema técnico, mas um reflexo da ausência de planejamento inclusivo nas políticas

públicas e no desenho arquitetônico dos espaços educativos (BRASIL, 2022). A falta de investimento em infraestrutura limita a participação efetiva e fere o princípio da igualdade de oportunidades.

Gil (2006) afirma que as principais barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam são os preconceitos, a discriminação e os ambientes sem acessibilidade, visto que estes foram criados a partir da concepção idealizada de uma pessoa normal, do homem perfeito.

De acordo com Gil (2006), antes a acessibilidade estava voltada para a eliminação de barreiras, como a construção de rampas, embora estas sejam sempre fundamentais. Rampas precisam levar a escolas, centros de saúde, teatros, cinemas, museus, shows. Hoje, contudo, a acessibilidade atinge outras esferas do fazer humano; assim, existe a acessibilidade na educação, no trabalho, lazer, cultura, esportes, informação, internet.

Acessibilidade compõe o conceito de cidadania, no qual os indivíduos têm direitos assegurados por lei que devem ser respeitados, entretanto, muitos destes direitos esbarram em barreiras arquitetônicas e sociais (MANZINI et al., 2003). Um espaço construído, quando acessível a todos, é capaz de oferecer oportunidades igualitárias a todos os usuários (BITTENCOURT et al., 2004). Isto nos remete também a ônibus e vans adaptados com elevadores, garantindo assim o direito de ir e vir de todos. A escola regular não tem sido adaptada para receber as crianças com deficiências, na sua maioria física, que depende deste aporte para que possa fazer parte da comunidade escolar. A falta de banheiros adaptados, ausência de rampas para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, escadas sem corrimões,

maçanetas de portas roliças, portas de salas de aula com pouco espaço para passar uma cadeira de rodas (1,10 m), degrau de saída de porta acima do permitido (1 cm), corredores estreitos, pouca luminosidade, dentre outras.

Já as barreiras pedagógicas se manifestam nas práticas de ensino que descon sideram as singularidades dos estudantes. Currículos rígidos, métodos de avaliação padronizados e ausência de estratégias diferenciadas dificultam o aprendizado dos alunos com deficiência. Stainback e Stainback (2019) defendem que o currículo inclusivo deve ser flexível e colaborativo, construído com base na cooperação entre professores, alunos e famílias. O ensino diferenciado, com atividades diversificadas e recursos tecnológicos assistivos, é essencial para garantir a equidade.

Muitos desafios enfrentados pelos alunos nas escolas podem ser amenizados ou eliminados se as barreiras à aprendizagem e à participação forem identificadas e minimizadas. Para Booth e Ainscow (2002), o estabelecimento físico, as culturas, as políticas, o currículo, o método de ensino, o lugar em que os alunos se sentam e a forma de interação são alguns exemplos de barreiras que podem dificultar a vida escolar de qualquer aluno, não só dos que têm alguma deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. A minimização dessas barreiras, conforme apontam os autores, implica a mobilização de recursos - físicos, humanos, políticos etc. - nas escolas e comunidades. Frequentemente, as escolas detêm mais recursos do que utilizam. Conforme Booth e Ainscow (2002):

Recursos não se referem apenas a dinheiro. Tal como

as barreiras, eles podem ser encontrados em qualquer aspecto de uma escola; nos estudantes, pais e responsáveis, comunidades e professores; nas mudanças nas culturas, políticas e práticas. Os recursos nos estudantes, em suas capacidades de dirigir sua própria aprendizagem e apoiar a aprendizagem uns dos outros, podem ser particularmente subutilizados, assim como também pode o potencial do Pessoal em apoiar o desenvolvimento uns dos outros. (p. 9)

Os obstáculos enfrentados pela escola regular no que se refere à Educação Inclusiva são alvos de muitas discussões. Eles estão presentes em todas as unidades educacionais e merecem atenção no sentido de terem suporte para enfrentá-los. Não basta seguir a legislação se não existe pessoal preparado para tal. É importante que todos tomem consciência que a escola não é mais a de antes. Temos alunos de todos os níveis de aprendizagem e cada dia mais as crianças com deficiências estão sendo matriculadas e merecem atenção de toda a equipe administrativa e pedagógica da escola. Preparar arquitetonicamente não basta, é urgente conscientizar professores que toda escola regular deve ser inclusiva e para tanto, eles devem estar preparados para tal, eliminando o máximo as barreiras atitudinais, que prejudicam o bom relacionamento com o aluno, adaptar sempre o currículo, começando com a extinção das barreiras comunicacionais, porque a partir delas a comunicação entre professores e alunos se tornará mais eficaz, dando a

importância devida aos recursos didáticos existentes, tendo sempre a parceria dos pais ou responsáveis como coadjuvantes do processo de ensino aprendizagem de todos os alunos.

Contudo, a eliminação dessas barreiras requer uma ação conjunta que envolva professores, gestores, famílias e órgãos governamentais. Não se trata apenas de adequar estruturas, mas de transformar mentalidades e práticas. Como afirma Glat (2009), a inclusão é um processo que depende do compromisso coletivo e da crença genuína de que todos podem aprender, desde que tenham acesso às condições adequadas.

Políticas públicas e legislação da inclusão

Ao falarmos sobre a inclusão escolar no Brasil, é essencial começarmos pela base legal que sustenta esse movimento. A Lei Brasileira de Inclusão, oficializada em 2015, representa um marco significativo na luta por equidade na educação. Ao garantirmos que todos, especialmente pessoas com deficiência, tenham acesso à educação de qualidade, damos passos importantes rumo a uma sociedade mais justa. Essa lei não é apenas um documento; ela é uma promessa, um compromisso de que podemos construir um futuro onde cada aluno é visto e valorizado. Mas o que realmente essa legislação torna possível? Vamos juntos explorar. A Lei Brasileira de Inclusão, conhecida como Lei nº 13.146, busca não apenas regulamentar, mas transformar a maneira como se pensa a educação inclusiva. Ela estabelece, por exemplo, que a educação deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, em ambientes inclusivos. Isso é uma mudança poderosa, que visa criar um espaço de

aprendizado onde todos possam coexistir, interagir e aprender uns com os outros, valorizando a diversidade como um elemento enriquecedor do processo educativo.

Sabemos que a aplicação dessa legislação muitas vezes enfrenta desafios. Em algumas escolas, a teoria parece distantes da prática real. A implementação de políticas inclusivas requer um compromisso que vai além de apenas ter a lei. É como aquela situação em casa, quando decidimos que queremos reformar um cômodo; temos a intenção, mas as ferramentas e a mão de obra nem sempre estão prontamente disponíveis. Professores e gestores muitas vezes se veem lutando para entender como trazer essa lei para a sala de aula. Para alguns, é um desafio diário, e é nessa hora que a experiência, os cursos de capacitação e o apoio da comunidade se tornam essenciais.

A evolução das leis ao longo dos anos é notável e reflete, de certa forma, a transformação da sociedade. Quando olhamos para o passado, para o que tenhamos construído através de uma legislação que historicamente deixou muito a desejar, vemos que a luta pela inclusão escolar está entrelaçada com movimentos sociais que exigiram direitos. De certo modo, cada modificação legal é uma resposta às vozes que clamam por justiça. Da mesma forma, a aplicação prática das leis precisa captar a essência desses gritos – estridentes e também sutis.

A consolidação da educação inclusiva no Brasil é resultado de um processo histórico permeado por lutas sociais e avanços normativos. A Constituição Federal de 1988, ao afirmar a educação como direito de todos e dever do Estado, estabeleceu o princípio da universalização do ensino. Os artigos que regem a educação demonstram um comprometimento com a inclusão, assegurando que

todos, sem exceções, tenham direito a uma educação de qualidade. Entre os dispositivos mais significativos, destaca-se o artigo 205, que afirma que a educação é um direito de todos e deve ser promovida com igualdade de condições. Esse princípio não se limita a um ideal abstrato; é uma diretriz que orienta a prática educacional e exige de todos nós um olhar atento ao que isso significa na vida real.

Mas, a força da Constituição não se limita a seus artigos. Ela traz consigo uma responsabilidade social, exigindo que todos nós, sociedade e Estado, trabalhem juntos para garantir que esses direitos sejam efetivamente implementados. Falar sobre os direitos das pessoas com deficiência, de que forma a educação especial está intimamente ligada ao cumprimento das normas constitucionais, é uma reflexão que devemos que fazer constantemente. Quando conhecemos os direitos que nos assistem, nos tornamos mais aptos a lutar contra as barreiras que ainda persistem nas escolas.

No contexto das escolas, a Constituição se traduz em práticas concretas, que vão muito além das paredes das salas de aula. Refletir sobre isso nos leva a entender que a verdadeira educação inclusiva não se resume a encaixar alunos em estruturas já existentes, mas sim a construir um ambiente educacional que respeite e celebre a diversidade. Cada estudante traz consigo uma história, um mundo particular que merece ser ouvido e valorizado. O desafio está em criar condições para que todos possam participar.

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforçou esse direito, prevendo o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência preferencialmente na rede regular. Quando se analisa a Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, fica evidente que houve um reconhecimento formal de que a educação deveria ser para todos, sem distinção. Essa legislação representou um marco importante: o reconhecimento de que a diversidade é uma riqueza e que educar, deve ser um ato de acolhimento. Entretanto, a implementação dessa lei ainda enfrentava muitas barreiras. A resistência dentro das próprias instituições de ensino frequentemente se manifestava em práticas que contradiziam o discurso inclusivo.

É preciso compreender que a LDB, por si só, não garante a inclusão. É necessário que haja um comprometimento coletivo, onde gestores, educadores e a sociedade se unam para ressignificar o conceito de educação. As diretrizes devem ser mais do que normativas; elas precisam ser a raiz de um esforço contínuo em buscar práticas pedagógicas inovadoras. Uma simples atividade em sala de aula pode se transformar em um espaço de aprendizado inclusivo quando se pensa em como adaptar o conteúdo para que todos se sintam abrangidos, valorizados.

Os anos 90 e início dos anos 2000 trouxeram um fôlego novo. O conceito de inclusão ganhou mais espaço em debates acadêmicos e na sociedade. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada em 2006, teve um impacto profundo, novamente reforçando a ideia de que a educação é um direito humano fundamental. Um colega meu trabalhava em uma escola pública em que, durante anos, teve de lutar para garantir uma sala de aula mais inclusiva. Ele sempre mencionava como a alteração na mentalidade dos educadores teve um efeito cascata, gerando um ambiente mais receptivo e acolhedor. As salas de aula começaram a se transformar em locais onde

as diferenças eram mais compreendidas e respeitadas. Essa transição, no entanto, não pode ser encarada como simples e tranquila. O caminho estava repleto de resistências, e nem todos os educadores estavam prontos para essa nova realidade. A inclusão exigia um comprometimento intenso para se aprender e adaptar as metodologias de ensino, quebrando paradigmas que estavam profundamente enraizados. Pais, educadores e estudantes se tornaram aliados nessa jornada, com muitos se unindo para defender práticas mais inclusivas, apoiados por uma base legal que, com muito esforço, estava finalmente se solidificando. Essa luta se intensificou em diversas partes do Brasil, revelando um espírito de mobilização que buscava não apenas o reconhecimento, mas um verdadeiro espaço no espaço educacional.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada em 2008, consolidou o entendimento de que a inclusão deve ocorrer em todos os níveis e modalidades de ensino, garantindo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência. Essa política foi inspirada por marcos internacionais como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que o Brasil incorporou ao ordenamento jurídico com status constitucional. Essa política reconheceu que as escolas deveriam ser espaços que respeitam as singularidades de cada aluno, um conceito que começava a reverberar com força. Mas, vamos ser sinceros: a prática nem sempre acompanhou a teoria. Muitas escolas ainda se encontravam em um mar de dificuldades, desde a falta de materiais até a resistência de profissionais que não eram treinados para lidar com a diversidade.

As conquistas trazidas por essas legislações, embora importantes, não podem nos

fazer esquecer das lacunas que ainda persistem. Há muito por fazer, e o caminho a ser seguido é repleto de desafios. O reconhecimento dos direitos educacionais é apenas o primeiro passo em uma longa caminhada. A formação contínua dos educadores é fundamental. É preciso que os professores tenham acesso a capacitações que não apenas abordem as normas, mas que também discutam, de maneira prática, como lidar com a diversidade em sala de aula. Essa formação deve ser permanente, porque as realidades são dinâmicas. E precisamos de educadores que sejam reflexivos e adaptáveis.

Apesar dessas conquistas, o desafio está em transformar os dispositivos legais em práticas efetivas. Como observa Mantóan (2015), as leis representam um avanço significativo, mas sua aplicação depende de vontade política, recursos e formação humana. Muitos sistemas de ensino ainda interpretam a inclusão como obrigação burocrática, e não como compromisso ético. Essa postura gera políticas fragmentadas e pouco articuladas, que raramente produzem mudanças duradouras.

Além das legislações nacionais, programas como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o Programa Escola Acessível são instrumentos importantes para a materialização da inclusão. Entretanto, sua efetividade é comprometida pela insuficiência de investimentos e pela falta de acompanhamento pedagógico contínuo. Segundo a UNESCO (2023), a verdadeira inclusão requer políticas públicas sustentáveis, com metas claras, avaliação permanente e participação social ativa.

Em síntese, a educação inclusiva deve ser compreendida como um projeto de sociedade. A legislação brasileira fornece um arcabouço robusto, mas é no cotidiano es-

colar que a inclusão se concretiza ou se desfaz. A efetividade das políticas depende da articulação entre Estado, escola e comunidade, na construção de um sistema educacional verdadeiramente comprometido com a equidade e o respeito às diferenças.

METODOLOGIA

A pesquisa que fundamenta este artigo caracteriza-se como **qualitativa, descritiva e bibliográfica**, uma vez que busca compreender os fenômenos ligados à educação inclusiva a partir da análise de produções teóricas, documentos oficiais e políticas públicas, sem recorrer à manipulação de variáveis ou experimentação direta. Conforme Minayo (2016), a pesquisa qualitativa investiga o universo dos significados, valores, crenças e motivações, penetrando nas dimensões mais subjetivas da realidade social. Esse tipo de abordagem é o mais adequado quando se pretende compreender a complexidade das práticas educacionais e as percepções que professores e gestores têm sobre a inclusão.

Do ponto de vista metodológico, o estudo foi desenvolvido em duas etapas complementares. A primeira consistiu na **revisão bibliográfica sistemática**, realizada em bases acadêmicas reconhecidas, como **SciELO, Google Scholar, Periódicos CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**. Foram selecionadas publicações entre os anos de 2010 e 2025, priorizando obras e artigos que abordassem a temática da educação inclusiva, o papel do professor, as barreiras à inclusão e as políticas públicas voltadas à educação especial na perspectiva inclusiva. Essa delimitação temporal visa garantir a atualização teórica e a representatividade dos debates contemporâneos sobre o tema.

A segunda etapa envolveu a **análise documental** de diretrizes normativas e relatórios institucionais, incluindo a **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008)**, a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996)**, o **Decreto nº 6.571/2008**, a **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006)**, além de publicações recentes da **UNESCO (2023)** sobre práticas de inclusão educacional em contextos latino-americanos. Esses documentos serviram como base para identificar avanços e lacunas nas políticas públicas e nas práticas pedagógicas voltadas à inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares.

O processo de análise dos dados seguiu o método de **análise de conteúdo**, conforme delineado por Bardin (2016), que consiste em um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas para descrever e interpretar o conteúdo das comunicações. A análise foi desenvolvida em três etapas principais: (a) pré-análise, com leitura flutuante dos textos selecionados; (b) exploração do material, com categorização temática dos conteúdos; e (c) tratamento dos resultados, com inferência e interpretação crítica. As categorias temáticas emergentes foram: **formação docente e prática inclusiva, barreiras pedagógicas e estruturais e efetividade das políticas públicas**.

A opção por uma metodologia qualitativa e bibliográfica está ancorada no entendimento de que o fenômeno da inclusão escolar é multifacetado e demanda uma abordagem interpretativa. Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica permite a construção de um panorama analítico sobre determinado problema, por meio

do confronto de diferentes perspectivas teóricas, possibilitando a formulação de interpretações fundamentadas e críticas. Assim, o estudo não pretende quantificar dados, mas compreender os significados e contradições que atravessam a efetivação da educação inclusiva no Brasil.

Do ponto de vista epistemológico, o estudo adota uma **perspectiva crítica e emancipatória**, inspirada nas reflexões de Paulo Freire (2021), para quem o conhecimento científico deve estar a serviço da libertação humana e da transformação social. A análise das políticas e práticas inclusivas é, portanto, orientada por uma ética do cuidado e da solidariedade, reconhecendo a educação como direito fundamental e instrumento de justiça social. Essa postura teórico-metodológica reforça o compromisso do pesquisador com uma ciência engajada, capaz de contribuir para a superação das desigualdades que ainda marcam o sistema educacional brasileiro.

Além disso, a pesquisa é de **natureza aplicada**, uma vez que busca gerar reflexões e subsídios teóricos que possam orientar práticas pedagógicas inclusivas em contextos escolares reais. Como observa Severino (2018), a pesquisa aplicada visa à resolução de problemas concretos e à proposição de soluções transformadoras. Nesse sentido, o presente estudo não se limita à descrição dos desafios enfrentados pelos professores e gestores, mas pretende oferecer interpretações que possam subsidiar ações pedagógicas e políticas públicas mais efetivas.

A escolha pelo método dedutivo justifica-se pela necessidade de partir de referenciais teóricos consolidados — como as concepções de inclusão e diversidade — para analisar as manifestações concretas desses princípios no contexto educacional brasilei-

ro. O raciocínio dedutivo permite, portanto, relacionar os fundamentos conceituais da educação inclusiva com a realidade empírica observada nas escolas, evidenciando as tensões entre o que é preconizado em lei e o que se concretiza na prática (MARCONI; LAKATOS, 2021).

Em suma, a metodologia deste estudo combina rigor teórico e sensibilidade social, buscando compreender a educação inclusiva não apenas como campo de pesquisa, mas como prática transformadora. A análise bibliográfica e documental, guiada por referenciais críticos, possibilita a identificação de lacunas e potencialidades nas políticas educacionais, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura escolar verdadeiramente democrática, plural e acessível a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste estudo evidencia que a **educação inclusiva** é uma construção histórica, política e social em constante transformação. Embora o Brasil possua um arcabouço legal e teórico sólido, amparado por legislações nacionais e convenções internacionais, a concretização da inclusão escolar ainda enfrenta obstáculos profundos, enraizados tanto nas estruturas materiais quanto nas práticas pedagógicas e nas atitudes dos sujeitos que compõem o ambiente educacional.

Os resultados da revisão bibliográfica e documental permitem afirmar que os desafios da educação inclusiva transcendem a mera adequação de espaços e recursos. Trata-se de uma mudança paradigmática que exige uma **nova cultura escolar**, fundamentada na empatia, na equidade e na valorização das diferenças humanas. Conforme

Mantoan (2015), incluir é um ato político que questiona a função social da escola e convoca a repensar a própria essência do ensino. Nesse sentido, a inclusão não é favor, mas direito — e sua efetivação representa o compromisso ético de uma sociedade com a justiça e a dignidade.

As dificuldades enfrentadas pelas escolas e pelos professores — falta de formação continuada, ausência de suporte institucional, carência de recursos pedagógicos e resistência cultural — revelam um hiato entre a teoria e a prática. Glat e Pletsch (2012) ressaltam que não basta o discurso da inclusão; é necessário que a escola seja efetivamente transformada em espaço de pertencimento. Essa transformação demanda políticas públicas consistentes, financiamento adequado e, principalmente, formação docente crítica e reflexiva, voltada à mediação e à autonomia do educando.

Outro aspecto crucial identificado neste estudo é o papel das **barreiras atitudinais**, frequentemente mais difíceis de superar do que as físicas. A desconstrução do preconceito e da visão assistencialista da deficiência é condição essencial para o avanço das práticas inclusivas. Conforme Sasaki (2003), a verdadeira inclusão ocorre quando a sociedade deixa de tentar adaptar o indivíduo ao sistema e passa a reformular o sistema para acolher todos os indivíduos. Essa inversão de lógica é o cerne do paradigma inclusivo.

No campo das **políticas públicas**, os avanços legais, como o Decreto nº 6.571/2008 e a Política Nacional de Educação Especial (2008), representam conquistas importantes, mas sua implementação carece de coerência e continuidade. A aplicação fragmentada das normas e a ausência de monitoramento efetivo enfraquecem o impacto

das ações governamentais. É imprescindível que o poder público adote uma postura mais integrada, articulando educação, saúde e assistência social, de modo a construir uma rede de apoio sustentável.

A partir das reflexões apresentadas, conclui-se que a consolidação de uma **educação inclusiva efetiva** depende de um esforço coletivo, que envolve o Estado, as instituições educacionais, os docentes, as famílias e a sociedade civil. É necessário compreender que a inclusão não é apenas um campo de estudo ou uma política pública, mas um **projeto de sociedade** comprometido com o reconhecimento da diversidade como valor humano universal.

Portanto, a educação inclusiva deve ser compreendida como **processo contínuo e inacabado**, que se fortalece na escuta sensível, na prática democrática e na construção permanente do diálogo. O papel do professor é o de mediador do encontro entre saberes diversos, capaz de construir pontes entre o conhecimento científico e a experiência singular de cada aluno. A escola, por sua vez, precisa deixar de ser espaço de conformidade para tornar-se espaço de transformação, onde o aprender é sinônimo de conviver.

Dessa forma, reafirma-se que **incluir é educar para a vida em sociedade**, é ensinar a conviver com o outro, reconhecendo a diferença como expressão legítima da humanidade. A verdadeira inclusão não se limita à matrícula, mas se concretiza no olhar ético, na prática pedagógica sensível e na construção coletiva de uma escola para todos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BITTENCOURT, Leonardo Salazar. et al. **Acessibilidade e Cidadania: barreiras arquitetônicas e exclusão social dos portadores de deficiência física**. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2, Belo Horizonte, 2004. Anais. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/educconl/arquivos/anais/congresso>>. Acesso em: 3 jul. 2025

Booth, T., & Ainscow, M. (2002). **Índice para inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola**. New Redland, United Kingdom: SCIE - Centro de Estudos sobre Educação Inclusiva.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996*. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. *Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado – AEE. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. *Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Brasília: MEC, 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Marta. **Acessibilidade, inclusão social e desenho universal: tudo a ver**. 2006. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/marta-gil.php>>. Acesso em: 5 jul. 2025

GLAT, Rosana; BLANCO, Vera. *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* 5. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

MITTLER, Peter. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ONU. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2006.

RIVIÈRE, E. *Del Psicanálise a la Psicología Social*. Buenos Aires: Galeina, 1997

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 2019.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Salamanca: UNESCO, 1994.

UNESCO. *Relatório Global sobre Inclusão e Educação 2023: por uma educação de qualidade para todos*. Paris: UNESCO, 2023.